

## **A MULTIFUNCIONALIDADE E A PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR: ESTUDO NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES – DOM AQUINO/MT**

Iolanda Lopes de Oliveira<sup>1</sup>  
Luíz Felipe Sausen de Freitas<sup>2</sup>  
Vera Maria Favila Miorin<sup>3</sup>  
José Adolfo Iriam Sturza<sup>4</sup>

**Resumo:** A agricultura familiar compreende um grupo social que revela grandes expectativas em relação à sustentabilidade ecológica, social e econômica. No sentido de valorização das múltiplas funções exercidas pela agricultura familiar, que a multifuncionalidade pode ser aplicada como uma nova “lente” para analisar as dinâmicas sociais do meio rural. Com base nesta noção, que valoriza as múltiplas funções desempenhadas pelas famílias rurais, o presente trabalho faz uma análise do assentamento rural Zumbi dos Palmares, no estado de Mato Grosso, buscando identificar quais são e de que forma se expressam as funções para além da produção neste território particular. Através de uma metodologia quali-quantitativa descritiva, observou-se no assentamento que a agricultura apresenta questões de identidade socioculturais, conservação da agrobiodiversidade e da promoção de outras atividades produtivas, sendo elemento central na reconstrução de um modo de vida rural neste ambiente.

**Palavras-chave:** Agricultura Familiar; Assentamentos Rurais; Pluriatividade; Multifuncionalidade.

## **THE MULTIFUNCTIONALITY AND PLURIACTIVITY THE FAMILY FARM: STUDY ON SETTLEMENT ZUMBI DOS PALMARES-DOM AQUINO/MT**

**Abstract:** The family farming comprises a social group that reveals considerable expectations for the ecological, social and economic sustainability. It is in this sense of appreciation of the multiple functions performed by family farms that the multifunctionality can be applied as a new "lens" for analyzing social dynamics of rural areas. Based on this notion, which enrich the multiple roles played by rural families, this paper makes an analysis of the rural settlement Zumbi dos Palmares, in the state of Mato Grosso in order to identify what they are and how to express the functions besides the production in this particular territory. Through a descriptive qualitative and quantitative methodology, it was observed in the settlement that the

---

<sup>1</sup> Mestranda em Geografia pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). iolanda.loopes@hotmail.com.

<sup>2</sup> Mestrando em Geografia Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). felipe\_sausen@yahoo.com.br.

<sup>3</sup> Doutora em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Rio Claro. vmiorin.sma@terra.com.br.

<sup>4</sup> Doutor em Geografia pela Universidade Estadual Paulista (UNESP) – Campus de Rio Claro. jasturzaroo@gmail.com.

*Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia*, Rio Claro, 13(0): 94-111, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>

agriculture has socio-cultural identity questions, conservation of agrobiodiversity and promotion of other productive activities with central element in rebuilding a rural way of life in this environment.

**Keywords:** Family Farming; Rural Settlements; Pluriactivity; Multifunctionality.

## AGRICULTURA FAMILIAR E ASSENTAMENTOS RURAIS

O conceito agricultura familiar passou a ser amplamente discutido nos espaços acadêmicos, principalmente após os anos de 1990, quando inúmeras definições e concepções, surgiram para tentar explicar o termo. Entre os estudos encontramos as contribuições de: ABRAMOVAY (1992); CARMO (1999); GUANZIROLI et al. (2001); LAMARCHE (1997); PLOEG (2006); SCHNEIDER (2006); WANDERLEY (2000), entre outros.

Os trabalhos detêm-se mais na estrutura e formas de produção, tipos de agricultura, multifuncionalidade e unidades de produção. Tais estudos e outros realizados em diferentes partes do mundo demonstram que a agricultura familiar tem grande capacidade de gerar empregos e distribuir renda, contribuindo ao desenvolvimento local. A agricultura familiar hoje é caracterizada como um dos principais seguimentos do espaço agrário do país, mesmo não sendo detentora de grande capital e de novas tecnologias como é o caso do agronegócio brasileiro. Na mão de obra familiar e em pequenas propriedades, os agricultores familiares produzem alimentos em maior quantidade, qualidade e diversidade que o agronegócio.

A agricultura familiar recebe inúmeras definições que vão se adequando as mudanças temporais, tecnológicas e espaciais, como a de Carmo (1999):

Agricultura familiar pode ser entendida como forma de organização produtiva em que os critérios adotados para orientar as decisões relativas à exploração agrícola não se subordinam unicamente pelo ângulo da produção ou rentabilidade econômica, mas levam em consideração também as necessidades e objetivos da família. É um arranjo familiar de produção agrícola que contraria o modelo patronal, no qual há completa separação entre gestão e trabalho, pois no modelo familiar estes fatores estão intimamente relacionados (CARMO, 1999 p.13).

Muito mais que um seguimento social, a agricultura familiar é dotada de valores e o apoio que recebe é resultado dos benefícios propiciados por ela, como por exemplo: produção de alimentos, melhores condições de vida, desenvolvimento mais ecológico e luta contra a pobreza. A Agricultura Familiar é vista por Abramovay (1998), como sendo:

[...] o setor social capaz de contrabalançar a tendência tão própria à nossa sociedade, de desvalorizar o meio rural como lugar em que é possível construir melhores condições de vida, de encara-lo como o local em que permanecem aqueles que ainda não enveredaram pela “verdadeira aventura civilizatória” a urbana. Assim os valores que a agricultura familiar incorpora são os da tradição, do folclore, da pureza do campo contra a corrupção das cidades. [...] faz parte dos

valores que a agricultura familiar incorpora a primazia do desenvolvimento e do poder locais e a ideia de que, neste plano, os negócios públicos podem ser geridos com a participação direta dos cidadãos (ABRAMOVAY, 1998, p.137).

Em uma definição mais contemporânea, baseada na pluriatividade, Schneider (2003) caracteriza a agricultura familiar como uma combinação entre a mão-de-obra familiar agrícola e não agrícola que se relaciona com a manutenção do estabelecimento assegurando a sua reprodução socioeconômica. Deste modo os trabalhos exercidos de forma complementar melhora a renda dos membros da família que residem na propriedade. O trabalho não agrícola comumente se deve a pouca disponibilidade de terra e as dificuldades de modernização tecnológica, o que compromete a renda, obrigando essas pequenas unidades a buscar uma alternativa complementar de renda. Fuller (1990) apud Schneider (2003) comenta que:

[...] A pluriatividade permite reconceituar a propriedade como uma unidade de produção e reprodução, não exclusivamente baseada em atividades agrícolas. As propriedades pluriativas são unidades que alocam o trabalho em diferentes atividades, além da agricultura familiar. [...] A pluriatividade, portanto, refere-se a uma unidade produtiva multidimensional, onde se pratica a agricultura e outras atividades, tanto dentro como fora da propriedade, pelas quais são recebidos diferentes tipos de remuneração e receitas, rendimentos, rendas em espécies e transferências (FULLER, 1990 apud SCHNEIDER 2003, p.367).

O meio rural, cenário em que a agricultura familiar se situa, é cada vez mais um espaço constituído por múltiplas atividades agrícolas e não agrícolas que conduz a uma concepção mais ampla e complexa. Ela apresenta, de forma integral, atividades como a organização de agricultores, produção, beneficiamento, comercialização de produtos agrícolas e não agrícolas, turismo, pesca e artesanato, conformando o que hoje se denomina “novo mundo rural” (GRAZIANO DA SILVA, 1999). Assim, a agricultura familiar obedece ao modo de produção multifuncional, pois além da função essencial de produzir alimentos em quantidade, qualidade e diversidade, exerce outras funções e formas produtivas como: agroindústria, artesanato e turismo.

Por outro lado, o agronegócio fundamenta-se na produção de grandes monoculturas, com uso indiscriminado de agrotóxicos, priorizando o mercado externo para comercializar os produtos que, em geral, não se incluem no grupo dos alimentos essenciais a manutenção da vida. O seguimento da agricultura familiar molda estilos de desenvolvimento rural que mantêm relações positivas com os ecossistemas, criando empregos estáveis e dignos e dinamizando as economias regionais. Nesta direção, Veiga (2001) ressalta a importância da presença da agricultura familiar no meio rural brasileiro como principal responsável pela dinâmica e o desenvolvimento de uma região rural devido à capacidade de diversificação da economia local.

A agricultura familiar no Brasil tem se expandido na forma espacial através dos assentamentos rurais espalhados por todas as regiões e em número cada vez mais crescente, como é o caso do Estado de Mato Grosso. A criação dos assentamentos rurais envolve a concepção de como deve ser gerada a propriedade agrícola para os pequenos produtores rurais, projeto este que se relaciona com os

diversos atores envolvidos e está vinculado a vários conflitos na luta pela terra ou pela permanência nela. Medeiros e Leite (1999) explicam que os assentamentos rurais são entendidos:

[...] como a ocupação e uso de terras para fins agrícolas, agropecuários e agroextrativistas em que um grupo de trabalhadores sem terra ou com pouca terra obteve a posse, usufruto e/ou propriedade sob a forma de lotes individuais e, em alguns casos, de áreas de uso e propriedade comuns, sendo o patrimônio fundiário envolvido resultante de processo de aquisição, desapropriação ou arrecadação pelo poder público e associado, de maneira explícita, pelos trabalhadores e/ou pelos agentes públicos, a processos de Reforma Agrária (MEDEIROS e LEITE, 1999, p. 279).

Tendo como contexto a reforma agrária no Brasil, pode-se aceitar que:

[...] o termo assentamento rural, no contexto da reforma agrária brasileira, diz respeito a um espaço preciso em que a população será instalada, por um longo período. “É uma transformação num referido espaço físico, contendo assim, o aspecto de um território realmente habitado e trabalhado por um grupo cujo objetivo é a exploração deste espaço” (BERGAMASCO et.al. 1997, p.11).

A reforma agrária vista antes apenas como difusora de matérias primas industriais e que ampliava o mercado de insumos agrícolas, atualmente pode ser concebida além desse viés produtivista, elencando questões como a manutenção das paisagens naturais, a (re) criação de modos de vidas particulares, resgatando a valorização dos saberes, fazeres e sabores tradicionais. Nesse contexto, se pode falar em uma reforma agrária multifuncional, não bastando apenas aumentar a produção de alimentos, mas deve-se preocupar com a oferta destes alimentos, a conservação dos recursos naturais, a manutenção do tecido social e cultural do território e, igualmente com a qualidade de vida das famílias assentadas, considerando o conceito amplo de desenvolvimento que privilegie o enfoque territorial ao invés do setorial. Deste modo, as atenções se concentram no (território) rural e em suas múltiplas potencialidades, e não simplesmente no agrícola. (ABRAMOVAY, 1998/1999).

Desse modo, a reforma agrária pode ser explicada não apenas como uma política de distribuição de terras e a fundação de assentamentos rurais, de acordo com Leite e Ávila (2007, p.176) que salientam escrevendo: [...] enquanto um processo social e político mais amplo deve envolver também o acesso aos recursos naturais, ao financiamento, a tecnologia, ao mercado de produtos e de trabalho e a distribuição do poder político. Desta forma, Lopes e Costa, (2002, p.221) entendem que a implantação de assentamentos rurais rompe com a paisagem monótona em regiões de monoculturas, abrindo espaço para a diversificação econômica, biológica, sociocultural e de uso e da ocupação do solo.

Em um assentamento predomina o modo de produção familiar e a produção ocorre de maneira diferente de outras propriedades porque neste espaço procura-se construir uma comunidade que envolva as famílias, onde os indivíduos do grupo adquirem características como confiança e solidariedade entre vizinhos e troca de ideias sobre experimentação de cultivos. Os assentados são induzidos a agirem assim pela necessidade de ajuda mútua do grupo social. Embora existam discursos

políticos no âmbito de possibilitar que os pequenos agricultores familiares adquiram independência, quanto ao desempenho da atividade produtiva, na realidade poucas são as ações do Governo neste sentido. Os pequenos produtores, geralmente detentores de pouco capital, logo se empobrecem, quando se deparam com as condições precárias encontradas nos assentamentos. As péssimas condições impostas obrigam essas pessoas a “vender” suas terras e pouco têm a fazer para minimizar a pobreza rural instalada na maioria dos assentamentos do Brasil.

O estado de Mato Grosso também segue as regras e características arroladas acima. A história da propriedade de terras no Mato grosso sempre favoreceu a grande propriedade que predomina desde as raízes da estrutura fundiária no Estado. (LAMERA e FIGUEIREDO, 2009; SPAVOREK, 2003). Neste cenário que envolve grandes propriedades há uma pequena, porém notável agricultura familiar, em comunidades tradicionais e assentamentos rurais. No Brasil e no Mato Grosso os assentamentos rurais foram criados como uma alternativa para a diminuição dos conflitos de terra que se intensificou no País entre os anos de 1980 a 1990 e como uma tentativa de amenizar a falta de planejamento agrário.

O uso e a ocupação das terras nos assentamento rurais são condicionados pelas características ambientais e socioeconômicas de cada propriedade e da região. As condições geográficas de ordem natural e social, nos assentamentos precisam de maior atenção na pesquisa geográfica especialmente as pesquisas integradas e do espaço vivido. A Geografia com seus conceitos clássicos de paisagem e lugar (STURZA, 2005) e topofilia e topocídio (STURZA, 2005, 2008), podem contribuir para análise dos assentamentos rurais.

Os assentamentos rurais compõem experiências inovadoras na gestão dos territórios, na medida em que permitem às famílias assentadas a (re) criação de modos de vida ligados ao espaço rural, influenciando e modificando o entorno em que são implantados (FERRANTE et al., 2005). Dentre os desdobramentos regionais da criação de assentamentos, destacam-se a diversificação e o barateamento dos gêneros alimentícios, principalmente em regiões de monoculturas extensivas destinadas à indústria; o incremento dos serviços públicos de saúde, educação, transporte, e previdência; a dinamização das economias regionais, seja pela maior circulação de produtos agrícolas nos mercados, seja pelo aporte de recursos por intermédio dos programas de financiamento; e a diversificação da paisagem (HEREDIA et al., 2002). Desta maneira os assentamentos rurais podem ser compreendidos como um espaço-território em construção, dinâmico e conflituoso, onde os distintos projetos familiares, embasados por suas diferentes subjetividades, se cruzam cotidianamente, entre si, e com os projetos (im) postos pelos agentes estatais ou do mercado (FARIAS, 2008).

A análise dos assentamentos rurais permite tratar do desenvolvimento rural como algo que supera o crescimento agrícola e o aumento da produtividade, podendo se estabelecer em espaços de fortalecimento de uma agricultura familiar diversificada, polivalente e multifuncional, impulsionando processos de desenvolvimento rural endógenos, gerando não apenas rendimentos monetários ou incrementando a produção agrícola regional, mas também desempenhando funções sociais e ambientais para o conjunto da sociedade. (MIOR, 2006).

## MULTIFUNCIONALIDADE E PLURIATIVIDADE NA AGRICULTURA FAMILIAR

A terminologia “multifuncionalidade”, empregada no meio rural, tem sua gênese em meados da década de 1990, durante a Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CNUMAD) (SOARES 2000/2001). No principal documento resultante da CNUMAD, a Agenda 21, em seu capítulo 14 nomeado “*Promoção do desenvolvimento rural e agrícola sustentável*”, sugere que a “revisão, planejamento e programação integrada da política agrícola, à luz do aspecto multifuncional da agricultura, em especial no que diz respeito à segurança alimentar e ao desenvolvimento sustentável”, sendo considerado como o primeiro documento oficial que usa a noção de multifuncionalidade (MALUF, 2000).

De acordo com Sabourin (2008), a multifuncionalidade da agricultura foi caracterizada a partir da CNUMAD, como um reconhecimento pelos governos e sociedade, do interesse público sobre as funções sociais, ambientais, econômicas e culturais, desempenhadas pela agricultura familiar, não diretamente produtiva ou mercantil, associadas a explorações agropecuárias. Assim, “a defesa de uma agricultura multifuncional leva precisamente a valorizar, preservar, e tornar perenes as funções sociais, ambientais e até econômicas, de interesse geral, associadas à produção agrícola” (SABOURIN, 2008, p.58 apud GAVIOLI, 2010, p. 20).

A partir de então o debate a cerca da multifuncionalidade vem ganhando ânimo e legitimidade social, inspirando a formulação de políticas públicas como a política agrícola francesa que institui os contratos Territoriais de Estabelecimentos (CTEs) pela Lei de Orientação Agrícola (LOA) de 1999. Isto permitiu a integração da dimensão territorial da agricultura, recuperando a dimensão agrária, renovada e multifuncional, trazendo o reconhecimento que a produção de alimentos já não é o único objetivo da agricultura familiar, como afirma o primeiro artigo da referida LOA: “[...] leva em conta as funções econômica, ambiental e social da agricultura e contribui para o ordenamento do território, almejando um desenvolvimento sustentável” (RÉMY, 2004, p.21 apud GAVIOLI, 2010, p.27).

Dessa forma a multifuncionalidade da agricultura ganha destaque na França para explicar a busca de valorização das inúmeras atividades exercidas pelo meio rural de forma voluntária assumida pela sociedade e conservando os recursos naturais. Desde então, buscou-se uma maneira de remunerar o trabalhador do campo pela pouca utilização dos recursos naturais, ou seja, não se paga mais somente pelo produto, mas pela valorização dos recursos naturais que somam ganhos de qualidade a produção. Esta visão é também encontrada em Huylenbroeck e Durand:

Multifuncionalidade não significa apenas uma mudança no sistema de suporte aos agricultores, mas requer uma mudança fundamental nas práticas cotidianas dos estabelecimentos, uma mudança nas relações entre agricultores e outros atores, o desenvolvimento de novos sistemas de comercialização e de cooperação, permitindo a remuneração pelas contribuições de caráter público. (HUYLENBROECK; DURAND, 2002, p.12)

Assim sendo, a França foi pioneira neste pensamento a respeito da noção de multifuncionalidade como uma forma de valorização do meio rural. A partir de

então o debate se ampliou mundialmente, oferecendo base e referência aos estudos que se iniciaram no Brasil.

Para Carneiro e Maluf (2003) a noção de multifuncionalidade pode ser aplicada no estudo da realidade rural brasileira, ainda que, no Brasil, a promoção de uma agricultura de base multifuncional deverá envolver uma dimensão de estímulo à produção de alimentos e de incremento de renda dos agricultores familiares. Enquanto na França a noção se associa a um recuo do produtivismo na direção da sustentabilidade ambiental e da qualidade de alimentos, no Brasil apesar dos sucessivos recordes de produção agrícola, não se pode considerar que a produção agroalimentar, o acesso ao crédito, e a distribuição de terras sejam questões bem resolvidas e equacionadas. Assim, a noção de multifuncionalidade no contexto nacional deve abordar estes pontos e articulá-los com os aspectos ambientais, territoriais, socioeconômicos e culturais envolvidos na produção agrícola.

É antiga a discussão acerca do papel da agricultura no conjunto da sociedade, a muito se discute qual a função que deve desempenhar para alcançar os objetivos propostos durante a Revolução Verde. Neste período pensava-se a agricultura com sua função clássica, a de produtora de alimentos em grande quantidade e em menor preço. Porém, o que irá se transformar com a inserção da noção da multifuncionalidade é a mudança desta concepção conservadora, ainda remetente ao período da revolução verde por volta de 1960. Com uma abordagem mais voltada para o território se valoriza, além dessa função primordial de produtora de alimentos, suas peculiaridades como a conservação dos recursos naturais, patrimônio sociocultural e qualidade dos alimentos (CARNEIRO e MALUF, 2003).

Dessa maneira Cazella et al. (2009) observa que a aplicação da noção de multifuncionalidade não se adequa a outras formas de agricultura a não ser a familiar, já que são estes tipos de agricultura que melhor expressam o que a multifuncionalidade pretende reconhecer: modelos de produção agropecuária socialmente equitativos, ambientalmente sustentáveis e que valorizem a diversidade cultural e dos biomas.

Pensando os assentamentos rurais a partir da noção de multifuncionalidade, Cardoso et al. (2003) consideram que o acesso a terra envolve o desabrochar de uma série de funções, além do óbvio incremento da produção agrícola. A implantação de um assentamento permite a ocupação de vazios demográficos, com a incorporação de um novo elemento no tecido social preexistente no território, dinamizando-o. Mais do que uma política de distribuição de ativos fundiários, entende-se a implantação de assentamentos rurais como um processo social e político amplo, que envolve o acesso aos recursos naturais, ao financiamento, à tecnologia, ao mercado de produtos e de trabalho, e à distribuição do poder político (LEITE e ÁVILA, 2007).

A multifuncionalidade nos assentamentos rurais permite a caracterização dos mesmos como um território particular. A multifuncionalidade na agricultura está intimamente ligada à noção de território, que segundo Abramovay (1992) pode ser entendido como um espaço que materializa em uma determinada localidade geográfica, um processo social, econômico, ecológico e cultural complexo e integrado. Assim, o território não é uma simples demarcação geográfica ou político-administrativa delimitada arbitrariamente, mas envolve antes de tudo articulações entre formações socioculturais determinadas. Sendo um espaço socialmente organizado, o território se caracteriza através de uma identidade histórica atrelada aos fluxos econômicos, institucionais, políticos e humanos. A partir desta análise pode-se entender que o território envolve as relações a serem formadas entre

indivíduos e instituições públicas e privadas, constituindo-se em uma categoria de análise geográfica dinâmica e em constante movimento.

A multifuncionalidade da agricultura prevê o reconhecimento, a valorização e a formulação de políticas de apoio e de promoção de algumas funções exercidas pela agricultura familiar, além da produção de alimentos e fibras. Estas outras funções, geralmente de caráter público, são decorrentes da prática da agricultura, mas também são tributárias de suas relações com determinado território, no qual as famílias rurais estão inseridas. Para Carneiro e Maluf (2003):

A noção de multifuncionalidade rompe com o enfoque setorial e amplia o campo das funções sociais atribuídas à agricultura que deixa de ser entendida apenas como produtora de bens agrícolas. Ela se torna responsável pela conservação dos recursos naturais (água, solos, biodiversidade e outros), do patrimônio natural (paisagens) e pela qualidade dos alimentos (CARNEIRO e MALUF, 2003, p. 19).

Consequentemente, a multifuncionalidade pode ser tomada como um “novo olhar” sobre a agricultura familiar, que permite analisar a interação entre famílias e territórios na dinâmica de reprodução social. O caráter multifuncional, que implica em considerar os modos de vida dos agricultores em sua integridade, e não apenas em seus aspectos econômicos, incorporando ainda a análise e a provisão de bens públicos por parte destes agricultores, relacionados com o meio ambiente, com a segurança alimentar e com o patrimônio cultural (CARNEIRO e MALUF, 2003).

Para Cazella et al. (2009), as múltiplas funções da agricultura são desempenhadas no âmbito de um *sistema de atividades* territorializado, no qual a agricultura aparece como atividade central e polissêmica, moldando e antecedendo o território. É a partir destes sistemas de atividades que se podem observar as múltiplas funções associadas à agricultura.

Ao analisar a noção de multifuncionalidade, construída a partir da relação entre sistemas de atividades e territórios, observa-se que ela engloba a temática da pluriatividade, mas não se limita a ela, ao contrário, é mais ampla do que o simples fato de constatar quais atividades as famílias rurais desempenham fora de seus estabelecimentos. Assim, a pluriatividade pode ser identificada como:

[...] novos papéis e as novas funções econômicas atribuídas ao rural, que no caso se caracteriza pela diminuição do peso da agricultura na manutenção das famílias em razão do aumento da participação das atividades não agrícolas na geração de rendas, e também pela não identificação do espaço rural apenas no agrícola (MAIA et al., 2009).

Considera-se pluriatividade o exercício combinado de atividades agrícolas e não agrícolas remuneradas, realizadas dentro ou fora do estabelecimento familiar (Schneider, 2001). Por sua vez, Anjos (2001, p.55-77) entende pluriatividade como [...] a combinação de atividades agrícolas e não agrícolas (incluindo o setor de serviços), realizadas dentro e/ou fora da unidade de produção, admitindo-a como um fator positivo para a diversificação das economias e para o desenvolvimento das regiões rurais.

Para Carneiro (2006, p. 168) o debate acerca da pluriatividade pode apresentar duas visões: a primeira que considera a pluriatividade um “transbordamento do urbano sobre o rural”, ou seja, a introdução de novas práticas



de trabalho para a população da zona rural, com a crescente dinamização do mercado para as regiões rurais. A outra visão da pluriatividade atua como um mecanismo de manutenção e de fortalecimento das famílias e da agricultura desenvolvida por elas, resultando da combinação de fatores externos e internos a dinâmica familiar, prevalecendo em contextos onde a articulação das famílias com o mercado ocorre através de atividades não agrícolas, e não mais pela produção agrícola (CARNEIRO, 2006).

Gavioli (2007) considera que a multifuncionalidade remete ao conhecimento e valorização das funções não mercantis e de caráter público, associadas à agricultura, como a “manutenção-construção” da paisagem, conservação dos recursos naturais, coesão social e cultural sobre determinado território, produção de alimento de qualidade, entre outras. Estas funções se articulam à ideia de pluriatividade na medida em que podem se expressar através do desempenho de atividades não agrícolas como, por exemplo, comercialização direta de produtos, agroindústrias de transformação familiar, produção de artesanato e de ofertas de serviços como o turismo rural, turismo ecológico e outros. Na perspectiva da multifuncionalidade, as atividades não agrícolas se associam às múltiplas dimensões ambientais e socioculturais presentes no rural e ligada à agricultura.

Os estudos realizados a cerca da pluriatividade demonstram que a mesma se difunde das mais variadas formas. Observam-se sob o signo da pluriatividade, práticas tão distintas como o engajamento de agricultores no mercado de trabalho, seja nas indústrias têxtil e calçadista presentes no meio rural (SCHNEIDER, 2011). Por ser a pluriatividade tão complexa e apresentar varias formas de expressão, desde a fabricação artesanal de objetos até o trabalho assalariado em determinada empresa, é que são apresentadas certas divisões tornando o conceito mais operacional.

Schneider (2006, apud PERONDI, 2007), identifica cinco tipos de pluriatividade no meio rural: 1 - “intersectorial” articulação da agricultura com os demais setores da economia; 2 - “base agrária” demandas de serviços não agrícolas geradas pelo próprio processo de modernização da agricultura; 3 - “sazonal” informalidade e precariedade da venda da força de trabalho; 4 - “para-agrícola” transformação e beneficiamento de algum produto agrícola obtida dentro do estabelecimento; 5 - “tradicional” produção para o autoconsumo ocorrendo dentro da propriedade, combinando atividades de produção, transformação e artesanato.

A agricultura familiar seria responsável além da produção de alimentos, pela valorização e conservação dos recursos naturais, coesão social e cultural, se expressando em atividades como a agroindústria familiar, e turismo rural, consideradas dentro da pluriatividade como atividades não agrícolas geradoras de renda, realizadas em combinação com a agricultura. Entretanto se distancia de outras atividades pluriativa, como o trabalho assalariado em indústrias.

Na diferenciação entre a pluriatividade e a multifuncionalidade, consideramos apenas as atividades “para-agrícolas” e “artesanais”, divisões da temática pluriatividade, como sendo pertencente à noção de multifuncionalidade acreditando que essas divisões auxiliam no fortalecimento da agricultura familiar. Os trabalhos ligados às agroindústrias familiares, cooperativas, associativismo, tão presentes no meio rural, resignificam o trabalho no campo, e expressam as “novas ruralidades”. (Wanderley, 2000).

Para Carneiro e Maluf (2003) a legitimação da concepção da multifuncionalidade da agricultura no Brasil, poderá auxiliar a emergir a consciência nos agricultores e eles assumirem responsabilidades sociais, às quais devem

merecer o reconhecimento da sociedade, contemplando estas funções através de políticas públicas e articulando-as a projetos de desenvolvimento local e regional. Esta agricultura multifuncional idealizada para o desenvolvimento desvenda potencialidades que o rural e, em particular a agricultura familiar, não pôde mostrar de forma clara à sociedade.

Os postulados teóricos e conceituais relacionados até aqui, apontam para a importância da agricultura familiar tradicional nos assentamentos rurais, que mantém a oferta de alimentos para a população e a sobrevivência da grande parcela da população rural. Por outro lado, esta agricultura é responsável por múltiplas atividades socioeconômicas (pluriatividade) e diversas funções como: sociocultural, econômica e ambiental.

## **ANÁLISE E DISCUSSÃO DA MULTIFUNCIONALIDADE NO ASSENTAMENTO ZUMBI DOS PALMARES, DOM AQUINO/MT**

Para a realização das atividades no assentamento fez-se necessário aplicar o Diagnóstico Rural Participativo (DRP). O DRP é uma técnica baseada na coleta de informações da percepção e conhecimento que os indivíduos e grupos têm do espaço em que vivem e das atividades realizadas por eles (VERDEJO, 2007).

A análise dos questionários aplicados junto a 13 famílias mostrou um total de 34 pessoas, com aproximadamente 2,5 pessoas por família, em faixas etárias assim distribuídas: 12% até 15 anos de idade, 73% de 15 a 59 anos de idade e 15 % acima de 60 anos de idade. Quanto ao gênero 52% são homens e 48% mulheres. Quanto à origem dos assentados, ela se apresenta bastante diversa, de acordo com os dados apurados no Diagnóstico Rural Participativo (DRP) e analisados em 2013. A maioria dos moradores é oriunda dos estados de Minas Gerais (24%), Mato Grosso (23%), Bahia (9%), Distrito Federal (6%), São Paulo (6%), Ceará (3%) e Espírito Santo (3%), além de uma parcela de 26% que não informou sua proveniência. Uma das possíveis causas dessa heterogeneidade é o reflexo da luta pela terra, que se caracteriza não só como um problema local, mas nacional.

A escolaridade se coloca em baixo nível, fato esse também presente nos demais assentamentos da região e do País (SPAVOREK, 2005). Entre os entrevistados a escolaridade apresenta como nível predominante, referente a metade de moradores, apenas o 1º Grau Incompleto, explicado pela falta de escolas próximas ao assentamento e educação aplicada ao campo. Com escolaridade de 2º Grau Completo tem-se 15% dos moradores, em seguida com curso Superior Incompleto (6%) e 1º Grau Completo (3%). O valor relativamente alto de 26% para os não informantes pode indicar a presença de um possível analfabetismo, dado a dificuldade de precisão nas classes de escolaridade averiguadas.

A atividade desenvolvida pela pessoa antes de ser assentado tem importância primordial na análise, pois isso pode caracterizar uma possível ligação com a terra. A maioria dos assentados exercia anteriormente a profissão de lavrador (31%), seguida de agricultor (23%), comprovando já um contato com o meio rural. Posteriormente observam-se as profissões de doméstica (23%), comércio (15%) e por fim vaqueiro (8%). A existência da ligação com a terra antes do assentamento traz certa proximidade com a realidade rural, além de possibilitar o processo de (re) criação do modo de vida familiar voltado à agricultura, vivificando a cultura e os saberes locais.

Outro fator importante é a relação do tempo de moradia por assentado, em períodos quinquenais, apontando que 15% dos entrevistados vivem no assentamento a pelo menos 5 anos; 23% entre 5 e 10 anos; 39% de 10 a 15 anos e 23% acima de 15 anos. É possível notar que a manutenção dos assentamentos rurais se consolida de forma mais sólida quando seus componentes já apresentam um histórico de vivência no meio rural. Isso é comprovado ao notar-se que 62% dos moradores já vivem a mais de dez anos no assentamento, que coincide com o percentual igual a 62% de pessoas que já desenvolviam atividades relacionadas ao campo.

## **SISTEMAS E CARACTERÍSTICAS TÉCNICO-PRODUTIVAS E SUSTENTABILIDADE DA ATIVIDADE AGRÍCOLA**

O sistema produtivo do assentamento apresenta certa diversificação, apesar de 92% dos lotes possuírem pastagem, sendo o leite a base da renda familiar. A piscicultura é presente em 31% dos lotes e o cultivo da mandioca em 27% e se determinam por atividades que estão se expandindo devido a maior procura destes produtos na região. Ainda existe a criação de suínos (46%), equinos (58%) e aves (92%).

Constatou-se que 77% dos lotes apresentam áreas de pomar, com diversas culturas frutíferas, com destaque para Manga, Caju, Figo, Coqueiros, Amora, Limão, Pequi, Jaca, Siriguela, entre outras. Em 38% dos lotes existe a presença de pequenas hortas voltadas ao consumo próprio.

Dentre os produtos citados acima, alguns principais são comercializados pelos agricultores pela facilidade logística, já que os compradores buscam estes nas propriedades. A venda do restante dos produtos fica em menor evidência, por conta das dificuldades que o produtor enfrenta, principalmente no transporte até os mercados próximos.

O produto mais comercializado é o leite, informado por 55% dos produtores, sendo este o produto principal da integração da renda familiar. A seguir, aparece a mandioca com 27%, que é consumida em grande parte em uma agroindústria de beneficiamento de mandioca existente no assentamento.

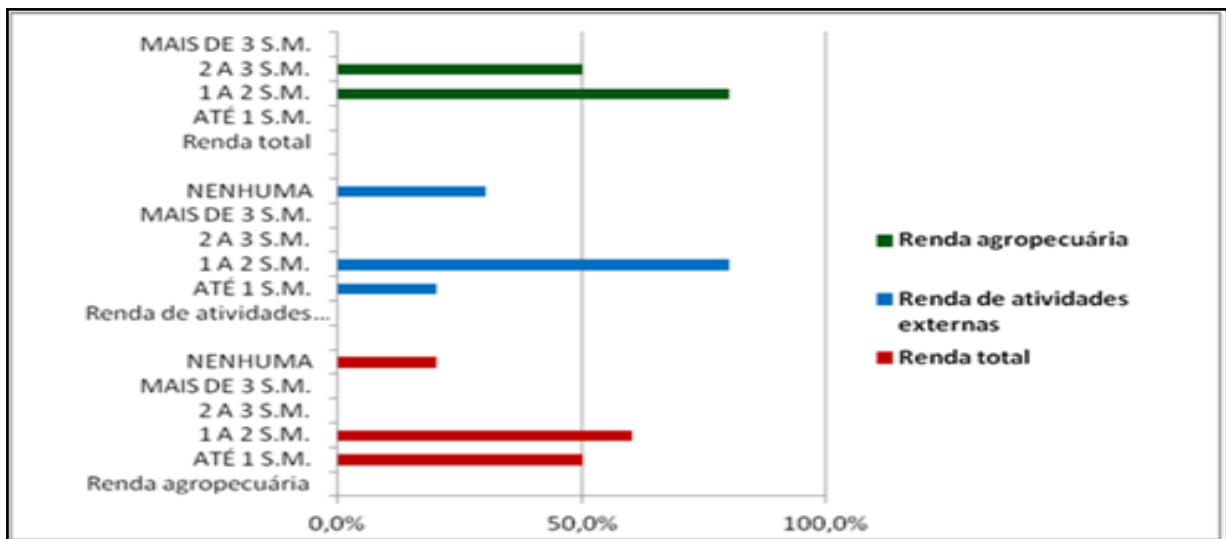
Por último foi citado o peixe, com 9% dos produtores e o gado de corte por igual 9% e destinado para consumo próprio e comercial sendo criado em pastos de arrendamento. Um grupo de 33% dos assentados apenas produz para subsistência, com destaque os cultivos de banana, abacaxi, manga, milho, mandioca, abobora, e hortaliças. Em análise pode-se observar que a produção agrícola está baseada predominantemente nos cultivos de mandioca, milho, banana e hortaliças.

A renda familiar mensal agrícola/pecuária é de até um salário mínimo para 39% dos assentados, de um a dois salários mínimos para 46% dos assentados sendo que 15% dos entrevistados responderam não obter renda. A renda também é composta por atividades fora do lote, portanto externa. Foi constatado que 38% dos produtores desempenham outras tarefas e 62% apenas trabalham no próprio lote. As atividades externas mais comuns que foram indicadas referem-se a: pedreiro, diarista e empreiteiro.

As atividades externas oferecem um acréscimo na renda de até um salário mínimo para 15% dos assentados e de um a dois salários mínimos para uma parcela de 62% deles. Um total de 23% não recebe renda externa. A renda total, isto é a soma das rendas agrícola/pecuária e atividades externas, representou o

rendimento de um a dois salários mínimos para 62% dos assentados e de dois a três salários mínimos para 38%. (**Gráfico 1**).

Com a análise dos dados referentes à renda, foi possível perceber, uma crescente base pluriativa na economia do assentamento, pois 38% dos entrevistados realizam atividades complementares a renda agrícola/pecuária. O trabalho não agrícola comumente se deve as dificuldades de modernização tecnológica, a falta de financiamentos para projetos, a carência de assistência técnica e enorme burocracia para recebimento de crédito rural. Enfim, um conjunto de problemas que dificulta a reprodução social dos agricultores assentados, comprometendo a renda e obrigando-os a buscarem alternativas complementares.



**Gráfico 1 - Renda agropecuária, de atividades externas e renda total no assentamento Zumbi dos Palmares.**

Fonte: Dados de Campo, 2013.

Organizados pelos autores, 2013.

Com a análise dos dados referentes a renda, foi possível perceber, uma crescente base pluriativa na economia do assentamento, já que 38% dos entrevistados realizam atividades complementares a renda agrícola/pecuária. Esse trabalho não agrícola comumente se deve as dificuldades de modernização tecnológica, a falta de financiamentos para projetos, carência de assistência técnica e enorme burocracia para recebimento de credito rural. Enfim um conjunto de problemas que dificulta a reprodução social do agricultor, comprometendo a renda, obrigando esses pequenos produtores a buscar uma alternativa complementar.

Deve-se evidenciar que parte da renda pluriativa advém de atividades “para-agrícolas”, que no caso se expressa pela implantação de uma agroindústria de beneficiamento da mandioca (Figuras 1 e 2), uma parceria da Associação Dando as Mãos com a Petrobrás, que desenvolve esse projeto em 12 assentamentos da região sul do estado do Mato Grosso.



**Figura 1 - Prédio da agroindústria de beneficiamento da mandioca.**



**Figura 2 - Grupo de mulheres trabalhando no beneficiamento da mandioca.**

A análise do sistema produtivo indica que este se refere à dimensão econômica da multifuncionalidade buscando a geração de trabalho e renda capaz de proporcionar às famílias rurais permanecerem no campo, em condições dignas e desenvolvendo práticas agrícolas, não agrícolas e para-agrícolas. Uma dimensão que incluir características técnicas produtivas é a promoção de segurança alimentar das famílias rurais e da sociedade para além da sustentabilidade na atividade agrícola, por abranger feições relacionadas com a agricultura praticada nos estabelecimentos familiares. Também compreende características técnicas agrônômicas aplicadas no processo produtivo, como a utilização de defensivos agrícolas, entre outros.

## **ASPECTOS AMBIENTAIS E CONSERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS**

De acordo com os dados levantados sobre aspectos ambientais do assentamento, foi possível perceber maior preocupação por parte dos assentados, com a relação produção-natureza, baseando nas técnicas de cultivo mais usadas pelos assentados. Pode-se perceber através da análise, que mais da metade dos produtores entrevistados, em torno de 54%, utilizam técnicas de adubação orgânica como, por exemplo, o esterco tanto de gado como de aves, restos de folhagem e de alimentos de fácil acesso e mais baratos, pois são encontrados no próprio assentamento.

Apenas 8% admitem utilizar adubação química, fato interessante se comparado à realidade de outros assentamentos onde essa taxa é relativamente maior, e 38% dizem não utilizar qualquer tipo de adubação. Quanto à utilização de defensivos agrícolas, uma significativa maioria faz uso de herbicidas (50%) e de inseticidas (33%), porém 17% não utiliza nenhum tipo de defensivos.

Segundo os dados, 69% apresentam reserva legal na propriedade, destacando-se como espécies mais comuns: Piúva, Angico, Aroeira, Bacuris, Pata de vaca, Ingá, Ipê, Sangra d'água, Tamboril, Bordão, Cedro, Jatobá, Embaúba, Jenipapo.

Quanto ao destino do lixo, o orgânico é usado como adubo nas plantações e frente a inexistência de coleta de lixo, o restante é enterrado ou queimado no próprio lote. Indagados sobre o processo de desmatamento, a maioria dos moradores

afirmam ser quase inexistente esse método, pois quando receberam os lotes nas terras já havia pecuária extensiva, assim que a maior parte dos estabelecimentos possuíam pastagens, não foi necessária a derrubada de matas para a formação das pastagens ou preparação de áreas para a agricultura.

Entre os 13 lotes (propriedades) entrevistados, oito deles possuíam nascentes sendo que em seis as nascentes estavam em bom estado de conservação e em dois se apresentavam degradadas. O restante dos lotes (propriedades) não apresentavam nascentes. Destaca-se que para a avaliação das nascentes foi usado apenas critérios sensoriais, como: odor (cheiro) e cor da água.

Com relação aos dados sobre aspectos ambientais que foram analisados, considerado uma das funções chave da multifuncionalidade, estes apontam um desempenho satisfatório da função ambiental. A conservação dos recursos naturais e manutenção da paisagem rural, com práticas de manejo e conservação de recursos como o solo, a água, a flora e a fauna. Também ocorre o cumprimento de legislações ambientais, a manutenção e incremento do agro biodiversidade, por serem praticadas respeitadas por boa parte dos assentados. Entretanto, a agricultura multifuncional não se manifesta de forma homogênea em todo o assentamento, visto que são refletidos aspectos particulares de cada contexto histórico e socioespacial.

## **“SER AGRICULTOR”: MANUTENÇÃO DO TECIDO SOCIAL E CULTURAL ASSOCIADO A DETERMINADO TERRITÓRIO**

O “ser agricultor” de acordo com o pensamento de Maluf (2003), diz respeito aos modos de vidas produzidos pela prática da agricultura, a compreensão de que a agricultura não atua somente para sua reprodução econômica e para a segurança alimentar das famílias, mas também para formação de redes de sociabilidade, identidades sócioprofissionais e mesmo a própria manutenção das comunidades rurais. Também diz respeito à participação política dos agricultores tanto em sindicatos, como em associações e em movimentos sociais. Com a aplicação dos questionários buscou-se identificar a participação dos moradores em alguns grupos: Associações, Igrejas e festas populares. Analisou-se que estas participações são muito expressivas abrangendo 100% dos entrevistados, porém em religiões diferentes com predominância da igreja Católica (79%) e igreja Evangélica (21%).

Não existe capela dentro do assentamento, os assentados recorrem ao município mais próximo. Porém é realizado no mês de dezembro a Novena de Natal, passando de casa em casa, com encerramento no centro comunitário, para os adeptos do catolicismo (Figuras 3 e 4). Os cultos periódicos também são realizados em casa pelos evangélicos. Outra prática, muito comum em anos anteriores e ainda conservada pelos moradores é o “mutirão”, que também ocorre em alguns casos especiais, como doença de um morador, por exemplo.

Em relação à participação em associações, 54% dos agricultores assentados são associados e 46% não associados, evidenciando que o associativismo ainda é um desafio para aqueles assentados que ainda são resistentes aos benefícios da colaboração e cooperação em sua vida.



**Figura 3 – Novena de natal celebrada no centro comunitário do Assentamento.**



**Figura 4 – Produtos compartilhados pelos assentados durante comemoração**

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao final do estudo investigativo foi esclarecida a situação social, econômica e produtiva e se esclarece que este assentamento não difere dos demais assentamentos rurais de Mato Grosso e do País. Os problemas se repetem como as dificuldades de condições agrícolas do solo e água, serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER), burocracia para recebimento de crédito rural, serviços de saúde e educação precárias e a total precariedade das vias de acesso.

Em termos de metodologia, o DRP mostrou-se um instrumento eficaz, de rápida aplicação e coleta de dados da pesquisa, contribuindo para uma análise mais profunda das questões analisadas.

O perfil socioeconômico apresentou uma renda total baixa (um a dois salários mínimos) para uma maioria de 62% dos assentados e de uma renda mais compatível (de dois a três salários mínimos) para uma menor parcela 38%, dos assentados. A origem do produtor foi bem diversificada e reflete o problema nacional da luta pela terra. O nível de escolaridade é relativamente baixo, devido a falta de escolas e de educação aplicada e adequada as necessidades das populações do campo e ainda deve-se mencionar a sua localização que nem sempre favorece, em proximidade, os Assentamentos.

As atividades desenvolvidas pela maioria dos assentados, anteriormente a criação do Assentamento, estavam ligadas a atividades de produção no campo e quando passaram para seus lotes continuaram suas formas de vida e de trabalho, aproximando trabalho e conhecimento com a realidade rural. Deste modo, aconteceu o processo de (re) criação do modo de vida familiar rural, permitindo que o tempo médio de moradia das famílias em seus lotes seja elevado (superior a 10 anos).

Em relação à economia, o Assentamento tem como base uma economia agropecuária diversificada voltada para o consumo local e regional como foi constatado pelo leite, produção de mandioca, criação de animais e de peixe, além do beneficiamento e transformação. A renda familiar provém de atividades agrícolas e não agrícolas que permite diferenciar duas categorias principais de renda entre os assentados (rendas equivalentes a um e dois e a dois e três salários mínimos). Um fator importante a ser avaliado é o número de assentados que desempenham

atividades para complementar a renda familiar fora do Assentamento, chegando a 38%, e revelando um problema já conhecido em outros assentamentos rurais brasileiros, a chamada pluriatividade.

Quanto aos aspectos ambientais, foram satisfatórias algumas constatações como, por exemplo, maior número de assentados que utilizam a adubação orgânica nas plantações. Isso revela um cuidado maior com essa relação homem-natureza, além de constatar as boas condições de preservação de algumas nascentes.

Outro fator importante a ser elencado, diz respeito à função social, aspecto importante da multifuncionalidade. Esta função social refere-se ao modo de vida do produtor assentado, seus costumes e crenças. No assentamento foi possível notar que ainda existe uma conservação destes valores e a presença de práticas como: reuniões em grupo, mutirão, novenas de fim de ano, entre outras celebrações.

Em síntese, a pluriatividade mostrou que possui uma base crescente, devido a inúmeros problemas já citados e que obrigam os pequenos produtores a buscarem alternativas complementares à renda agropecuária. Portanto, o dilema maior do assentado é o de não ter condições para melhorar ou diversificar a produção no seu lote necessitando expandir a renda por meio de serviços externos.

De modo geral, pode-se considerar que a multifuncionalidade da agricultura familiar no assentamento Zumbi dos Palmares, se expressa de diversas formas, destacando-se a conservação do agro biodiversidade, manutenção do tecido sociocultural e a promoção da segurança alimentar local das famílias agricultoras. Assim, é possível reconhecer diversas funções além da função produtiva, beneficiando, antes de tudo, o próprio assentado.

Essas funções, sendo mais exploradas pelos moradores e, com auxílio de políticas públicas eficientes poderiam alcançar condições dignas em sociedade. As políticas públicas voltadas à agricultura familiar deveriam ampliar seu leque para além do apoio a explorações agropecuárias. A agricultura familiar deveria ser apoiada, não apenas para aumentar a produção, mas para que a produção seja realizada da mais adequada forma possível, conservando os recursos presentes nos assentamentos, mantendo a paisagem rural e as manifestações culturais.

## REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo-Rio de Janeiro-Campinas: Editora Hucitec, ANPOCS, Editora da Unicamp, 1992.

ABRAMOVAY, Ricardo. **Agricultura familiar e serviço público: novos desafios para a extensão rural**. Cadernos de Ciências e Tecnologia, Brasília, DF, v. 15, n. 1, p. 137-157, jan./abr. 1998.

ANJOS, F.S. **Pluriatividade e ruralidade: enigmas e falsos dilemas**. Revista Estudos Sociedade e Agricultura, n.17. Rio de Janeiro: CPDA/UFRRJ, 2001.p.55-77.

BERGAMARCO, S.; PAMARD, C. B.; CHONCHOL, M. E. **Por um Atlas dos assentamentos brasileiros: espaços de pesquisa**. Rio de Janeiro: DL Brasil, 1997.

CARDOSO, J.H., FLEXOR, G., MALUF, R.S. **Multifuncionalidade da agricultura em áreas de assentamentos rurais: o caso de Abelardo Luz (SC)**. In: *Número Especial da Revista Estudos Geográficos – XII Seminário da Pós-Graduação em Geografia*, Rio Claro, 13(0): 94-111, jan./jun. 2015 (ISSN 1678—698X) <http://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/estgeo>



CARNEIRO, M.J E MALUF, R.S. (Orgs.) Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003.p. 60-74.

CARNEIRO, M.J. e MALUF, R.S. (Orgs.) **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro: MAUAD, 2003. 230 p.

CARMO, R.B.A. **A Questão Agrária e o Perfil da Agricultura Brasileira**. 1999. Disponível em <http://www.cria.org.br/gip/gipaf/itens/pub/sober>. Acesso em 25 de janeiro de 2013.

CAZELLA, A.A.; BONNAL, P.; MALUF, R.S. (Orgs.) **Agricultura familiar, multifuncionalidade e desenvolvimento territorial no Brasil**. Rio de Janeiro: Mauad X, NEAD, IICA, 2009. 301p

CAZELLA, Ademir A. & MATTEI, Lauro. **Multifuncionalidade agrícola e pluriatividade das famílias rurais: complementaridades e distinções conceituais**. Florianópolis, 2003 (mimeo).

FERRANTE, V.L.S.B., BARONE, L.A., BERGAMASCO, S.M.P.P. **A maioria dos assentamentos rurais em São Paulo: impasses do presente, dilemas do futuro**. In: FERRANTE, V.L.S.B. e ALY JUNIOR, O (Orgs.) **Assentamentos rurais: impasses e dilemas (uma trajetória de 20 anos)**. Araraquara: UNIARA/INCRA/ABRA. 2005. p. 37-71.

GAVIOLI, F. R; COSTA, M. B. B. **As múltiplas funções da agricultura familiar: um estudo no assentamento Monte Alegre, região de Araraquara (SP)**. Abril/julho 2011. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032011000200008&script=sci\\_arttext](http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0103-20032011000200008&script=sci_arttext)>. Acesso em: 05 de fevereiro de 2013.

JEAN, Bruno. **“A forma social da agricultura familiar contemporânea: sobrevivência ou criação da economia moderna”**. In: Cadernos de Sociologia. Porto Alegre: PPGS/UFRGS, v. 6, 1994.

LAMARCHE, H. (coord). **A agricultura familiar**, vol. I e vol.II. 2 ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

LEITE, S.P. e AVILA, R.V. **Um futuro para o campo: reforma agrária e desenvolvimento social**. Rio de Janeiro: Vieira e Lent. 2007. p.176.

MALUF, R.S. **A multifuncionalidade da agricultura na realidade rural brasileira**. In: CARNEIRO, M.J e MALUF, R.S.(Orgs). **Para além da produção: multifuncionalidade e agricultura familiar**. Rio de Janeiro, MAUAD, 2003.

MEDEIROS, L. S; LEITE, S. (Orgs.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre/Rio de Janeiro: Ed. UFRGS/CPDA, 1999.

MIOR, L.C. **Desenvolvimento rural: a contribuição das redes sociais e sociotécnicas**. In: SCHNEIDER, S. (Org.) **A diversidade da agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. p. 268-294.

OLIVEIRA, Iolanda Lopes de. STURZA, José Adolfo Iriam. **Assentamentos rurais: um estudo da multifuncionalidade no assentamento Zumbi dos Palmares, Dom Aquino-MT**. VI Simpósio Internacional de Geografia Agrária, Anais, João Pessoa, 2013.

OLIVEIRA, I. L. de. ASSUNÇÃO, H. H. T. de; BARBOSA, R. da C. e STURZA, J.A.I. **A agricultura familiar e estratégias de reprodução social nos assentamentos rurais de mato grosso: caso do assentamento Fazenda Esperança em Rondonópolis – Mato Grosso**. XXI Encontro Nacional de Geografia Agrária, Anais, 2012. p. 01-19.

SCHNEIDER, S. **A diversidade de agricultura familiar**. Porto Alegre: UFRGS, 2006. P. 13-56.

STURZA, J.A.I. **Lugar e não-lugar em Rondonópolis-MT: um estudo de cognição ambiental**. 2005. 163 p. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Estadual Paulista, Rio Claro. 2005.

VERDEJO, M. E. **Diagnóstico Rural Participativo: guia prático DRP**. Brasília: MDA/Secretaria da Agricultura familiar, 2007.

WANDERLEY, M. N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas**. Estudos, Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, n.15, out. 2000.

\_\_\_\_\_. (Org.). **A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas**. Porto Alegre: Ed. da Universidade do Rio Grande do Sul, 1999. Disponível em: <<http://cirandas.net/dandoasmaos>>. Acesso em 09 de dezembro de 2013.

Artigo submetido em: 27/01/2015

Aceito para publicação em: 04/07/2015

Publicado em: 22/08/2015